

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser textual,
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DESTE CAPÍTULO:

GANDRA, Mauro José Miranda. Depoimento. In:
MILITARES e política na Nova República/ Organizadores
Celso Castro e Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed.
Fundação Getulio Vargas, 2001.p.293-314.

Disponibilizado em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

Informações sobre a entrevista:

http://www.cpdoc.fgv.br/historal/asp/idx_ho_ce_popce.asp?cd_ent=941

MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA

NASCEU EM 1933, no Rio de Janeiro. Concluiu o curso da Escola de Aeronáutica, hoje Academia da Força Aérea, no final de 1954. Durante o governo de João Goulart, serviu na Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Foi ajudante-de-ordens do ministro Eduardo Gomes e, em seguida, serviu no Grupo de Transporte Especial (GTE). De março de 1971 a março de 1974, permaneceu no Gabinete Militar como adjunto da subchefia da Aeronáutica. Foi comandante do GTE (1977-79) e da Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa, em Londres. Ao retornar ao Brasil, passou quatro meses na Diretoria de Ensino e, em seguida, assumiu o comando da Ecomar, função que exerceu até 1985. No ano seguinte, cursou a Escola Superior de Guerra. Em seguida, foi para a Diretoria de Material da Aeronáutica e, depois, para a Secretaria de Economia e Finanças. Foi promovido a brigadeiro em março de 1983 e a tenente-brigadeiro em novembro de 1991. Foi, durante dois anos, diretor do Departamento de Aviação Civil e, de agosto a novembro de 1994, acumulou a chefia do Estado-Maior da Aeronáutica. Foi ministro da Aeronáutica de janeiro a novembro de 1995, quando pediu demissão. Em 1998, assumiu a presidência do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, cargo que deixou em novembro de 2000 para dirigir o Instituto do Ar da Universidade Estácio de Sá.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em sete sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 23 de setembro e 10 de novembro de 1998.

Como se acompanhava, na Aeronáutica, o processo de abertura?

A verdade é a seguinte: a Marinha e principalmente a Aeronáutica, nesse processo da Revolução de 1964, foram sempre caudatárias do Exército. Uma coisa que me marcava, e acredito que também devesse marcar o povo como um todo, era a “troca de guarda” dos presidentes, dos chefes do Emfa, sempre com gente do Exército. Esse ressentimento sempre houve na Aeronáutica, porque não havia um rodízio no Emfa que lhe desse aquela característica, vamos dizer, multifacetada, em termos de todas as forças, como era a idéia original. Politicamente, nós éramos sempre caudatários do processo.

Como eu era ligado ao Délio, no caso específico do governo Figueiredo, achei muito positiva sua ida para o ministério. Nos cinco primeiros anos, Délio fez uma administração excelente. Eu disse aos componentes do seu gabinete e do Cisa, talvez uns três meses depois que ele saiu do ministério — nessa época eu já era brigadeiro: “Vocês fizeram cinco anos e meio de excelente administração, mas nos últimos seis meses fizeram todas as besteiras que podiam ter feito nos cinco anos anteriores”. Eles levaram o Délio, inclusive, a fazer aquele pronunciamento lá em Salvador, com aquela incursão, vamos dizer, pública, junto ao Antônio Carlos. Era a inauguração de um aeroporto, em 2 de julho, em Salvador, data magna da Bahia. Imagina-se que o Délio tenha sido induzido pelo Figueiredo e pelo gabinete a fazer aquele pronunciamento. O pronunciamento não exaltava, mas fazia ressaltar a figura de Maluf, que no caso não teria sido traído — o traidor teria sido o vice-presidente Aureliano Chaves.

Eu e muitos de nós que eram ligados ao Délio tentamos mudar a cabeça dele quanto àquele pronunciamento. Não diretamente, porque eu não tinha essa condição, mas liguei para dois amigos íntimos dele. Nessa época eu era comandante da Ecemar. No sábado, li, creio que na coluna do Swann, uma nota dizendo: “O ministro da Aeronáutica vai fazer um pronunciamento-bomba em Salvador”. Liguei para o Tavera, que era o chefe de gabinete do Délio: “Tavera, o que está acontecendo?” “Não está acontecendo nada.” Mas isso não me satisfaz. Aí liguei para o Correia Neves, que já era quatro estrelas e tinha sido meu comandante. Ele disse: “O Délio está aí com um pronunciamento, nós estamos querendo convencê-lo a não fazer”. Aí liguei para o Luís Felipe, com quem eu não tinha muita intimidade, mas era chefe do Cisa. Ele foi mais reticente: “É, existe aí um problema...” Soube que muitas pessoas também tentaram fazer o brigadeiro Délio mudar de idéia. Não posso assegurar, mas o que a gente soube é que o Délio tinha duas versões, entregou as duas ao

Figueiredo, que escolheu a mais radical. Fizeram a cabeça do Figueiredo de que o Aureliano, quando o Figueiredo estava operado, teria extrapolado a condição de vice-presidente, trabalhado muito... Chegava lá sete horas da manhã, essas coisas que a gente sabe.

É preciso que se veja a lealdade do Délio ao Figueiredo. Até porque havia umas brincadeiras: o Délio não era um dos primeiros da turma, era talvez o antepenúltimo, e o Figueiredo era “tríplice coroado”.³¹ Quando Figueiredo assumiu, Délio estava no STM. Na minha cabeça, o Figueiredo, um homem extremamente articulado no Exército, convidaria o Deoclécio, que era da mesma turma, mas que era um homem tido como mais intelectual. Délio e Deoclécio tinham entre eles, muito discretamente, uma disputa. Até por serem da mesma turma, do mesmo grupo.

Quando o ministro Délio fez esse discurso, houve um sussurro na imprensa de que se tentava articular a prorrogação do mandato de Figueiredo. Brizola, aliás, era um proponente dessa solução.

Eu sempre ouvi isso como especulação, nunca vi articulação. O que a gente sabia, também em nível de especulação, mas com mais probabilidade de ser verdade, era a vontade do Octávio Medeiros de ser candidato, e isso foi mais ou menos desarmado por todo um processo de desgaste. Acho até que todo o grupo viu que isso não podia mais se efetivar, e aí também os políticos já tinham as suas ambições, o próprio Maluf. Uma coisa que entendi, mas não entrava na minha cabeça, é que se o Figueiredo tivesse ungido o Aureliano como candidato, o Aureliano teria sido eleito presidente, indiretamente, não tenho dúvidas. Não teria havido o racha entre Maluf de um lado, Andreazza do outro, um negócio complicado.

Voltando ao discurso do ministro Délio, qual foi a recepção na Aeronáutica?

Não foi boa. Foi um desgaste muito grande. Eu acho que havia um grupo que achava que a solução era Maluf, e isso conduziu um pouco o processo. As pessoas são um pouco simplistas quando fazem observações como: “Fulano queria que fosse o Maluf e induziu o Délio a fazer aquilo”. Não é bem assim; é um somatório de fatos. Como eu disse, havia o Figueiredo de um lado, querendo fazer uma demonstração política através do Délio, coisa que não tinha que ser feita. Na verdade, o Délio reatendeu a imagem de ACM.

³¹ Isto é, obtivera o primeiro lugar de sua turma nos cursos das três escolas militares: Aman, EsAO e Eceme.

A partir daí, ACM virou o fiador da Nova República. Nesse momento, ele era o único político civil com coragem para enfrentar um ministro militar.

Isso, na verdade, não se pode tirar do ACM. Ele pode ter seus defeitos, mas tem uma coragem moral muito grande. E na Bahia ele manda. Fui, quando ministro, à inauguração do aeroporto de Porto Seguro. Essa figura de beija-mão não é conversa, é verdadeira — as pessoas beijam as mãos dele, é impressionante.

Com esse episódio do discurso, o alto comando da Aeronáutica rachou, não?

Rachou. Mas não foi propriamente nesse episódio, nós estamos falando daqueles cinco meses das tolices. Houve também problemas de promoção, problemas que a gente chama de “carona”. E houve o caso de o Délio advogar o cargo de ministro, já para o governo Tancredo, para o brigadeiro Luís Felipe, enquanto quem estava, vamos dizer, correndo por fora era o próprio brigadeiro Moreira Lima. Aí houve realmente uma dissensão no alto comando. Ficaram claramente duas facções, tanto que, por exemplo, quando o Moreira Lima foi ser ministro, o Saulo, que era mais antigo, pediu transferência para a reserva. Tinha também o Pavam, que tinha pedido transferência para a reserva antes porque o Délio não tinha nomeado o Protásio, seu indicado, para a chefia do Estado-Maior. Então, o problema não foi só o discurso. Nos últimos seis meses da administração Délio, houve uma série de desencontros que foram desgastando o ministro e a chefia do gabinete, que era do brigadeiro Taveira, e isso foi criando as duas facções.

Mas essas facções atuavam de forma consistente nesses episódios?

Não. Elas só passaram a ser consistentes, realmente, quando da escolha do ministro Moreira Lima. Uma coisa que causou um pouco de espécie foi sua postura logo depois que assumiu, já com Sarney. Veio aquela figura de Nova República, e a gente reagiu um pouco, às vezes, à postura do ministro Moreira Lima em relação, digamos, ao que tinha sido o período autoritário, porque ninguém pode esquecer que ele também participou. Então aquelas críticas, às vezes, eram coisas que desagradavam a gente. Eram críticas um pouco ao regime militar, um pouco à administração do Délio. Moreira Lima tinha sido chefe de Estado-Maior do Délio no Comgar, e é a tal coisa: a gente vê o sujeito se desgastar, fazer tolices, mas a lealdade deve permanecer. E muitas coisas boas foram feitas, houve mais ou menos uma revolução dentro do Ministério da Aeronáutica naqueles cinco anos e meio do Délio, até porque ele tinha apoio do Figueiredo.

Mas não havia nenhuma conotação contrária em termos da abertura. Já estava todo o mundo consciente de que devia haver uma abertura, de que tinha que ser um civil, o Tancredo Neves seria bem-vindo, qualquer um que viesse seria bem-vindo. Aí o que começa a incomodar são aquelas posturas. Por exemplo, uma coisa que a mim incomodou extremamente era aquela figura de “entulho autoritário”. Eu me lembro que era comandante do Ecemar e foi lá o secretário executivo do Ministério da Justiça. Ele passou a exposição falando sobre entulho autoritário. Eu tinha 32 oficiais-coronéis na sala que já estavam com aquela figura por aqui e pensei: “Vai dar bolo”. No intervalo, chamei uns três: “Segurem a barra”. Mas era uma das coisas que incomodavam, entende? Quando terminou a conferência e se entrou nos debates, eu disse: “Sr. secretário, eu gostaria de fazer duas perguntas, uma de resposta muito simples, é sim ou não. O sr. está acostumado ou já fez alguma palestra para um fórum desta natureza?” “Não, nunca fiz.” “A segunda pergunta é: o sr. não acha que seria muito mais apropriado para essa platéia que aqui está, em vez de o sr. usar essa expressão ‘entulho autoritário’, falar, por exemplo, ‘período de exceção’? Até porque período autoritário, ditadura, eu convivi com isso quase 40 anos de minha existência: foram os de Getúlio e mais 21”. Aí ele viu que estava falando em corda em casa de enforcado e que ali os enforcados não eram tão enforcados. E disse: “Não, não era bem isso, brigadeiro, não entenderam bem. Isso talvez tenha sido uma expressão indevida, mas é que ela está mais ou menos na moda...” Em suma, ele procurou se desculpar e eu, na verdade, estava dando uma satisfação aos 32 coronéis que estavam com aquele negócio engasgado.

E sobre aquele episódio dos retratos, envolvendo Délio e Moreira Lima?

Aquilo ali foi um grande imbróglio e um mal-entendido. Eu o coloco dentro daquelas tolices feitas nos últimos seis meses. Claro que o homem da *Veja*, fazendo aquela montagem, usou o Moreira Lima. Naquela época, acho que a *Veja* ainda não era o *oraculus brasiliensis*, e o Délio podia passar uma borracha naquele negócio. Mas aí a gente sabe que ele foi a Belo Horizonte — porque tinha um bom relacionamento com o Tancredo Neves — se queixar do ministro Moreira Lima. Então o comentário que a gente fazia na FAB, na época, era o seguinte: ou o Délio desconhecia aquilo numa postura de grandeza, ou, se achasse que tinha sido uma agressão, cobrava do Moreira Lima e, dependendo da resposta, o prendia. Seria um episódio também extremamente desagradável. Em suma, foi um desgaste para o Délio e para o Moreira Lima. Mas tenho a impressão de que o Moreira Lima não teve culpa, ele foi levado pelo repórter.

Mas aí mudou o ministério, continuei na Ecemar, o brigadeiro Moreira Lima foi fazer uma palestra lá, e essa palestra deu panos para manga porque, fora do texto, ele criticou a administração anterior, dizendo que antes não precisava ser competente para ser ministro, bastava ser amigo do rei. Quando terminou a palestra, havia um burburinho tão grande que dei um daqueles gritos de voz de comando: “Auditório, atenção!” E houve um momento, na palestra do Moreira Lima, em que tive vontade de me retirar, tive aquele ímpeto, mas pensei: “Não, eu sou comandante, se eu sair daqui, sai muita gente comigo”. Isso foi muito comentado depois que saí da Ecemar.

O sr. então era claramente identificado com o grupo mais leal ao Délio.

Muito leal ao Délio. É a tal coisa, você pode achar que foram feitas besteiras, mas a lealdade é uma coisa importante. Depois fui penalizado: saí da Ecemar e quando chegou no ano seguinte, em 1986, eu e dois colegas que haviam sido do gabinete Délio fomos mandados para a ESG.

Como o sr. acompanhou a atuação dos militares na Constituinte? Quais eram os pontos considerados mais importantes?

Praticamente, a gente não participava disso. O Moreira Lima tinha um grupo no gabinete dele, inclusive um bacharel, rapaz muito cuidadoso. O que a gente se preocupava na época era com a chamada manutenção da ordem interna. A outra coisa que, vamos dizer, nos preocupava muito era o problema da aviação civil, que nós não queríamos que saísse do Ministério da Aeronáutica. A gente sempre achou que vinha gerenciando bem a aviação civil, até porque temos um sistema de aviação civil muito organizado. Nós, desde 1944, somos membros do primeiro grupo do conselho da Icao, Organização de Aviação Civil Internacional, que é o grupo dos 10 países mais importantes na aviação civil. Nosso medo era que, controlada e sob a égide de politicagem, ela pudesse degradar.

Hoje essas coisas já perderam um pouco o sentido porque, de certa forma, salvo se houver um esboroamento, a filosofia do governo de criar as agências reguladoras dá outra conotação. Depois tem o aspecto de que nós praticamente acabamos com as estatais, e com isso há menos influência política de cargos. Mas na época em que havia muitas estatais, uma muito cobiçada era a Infraero. As coisas agora são diferentes, vai ser criado o Ministério da Defesa, e sua estrutura provavelmente não vai dar muita margem a que se tenha ali um braço civil; a estrutura vai ser eminentemente militar.

Isso seria motivo de resistência da Força Aérea ao Ministério da Defesa?

A grande resistência ao Ministério da Defesa é o medo de que venha a ser apenas mais um escalão e um cabide. Isso a gente ouve, por exemplo, de várias Forças Armadas. Quando era ministro, estive com o comandante da Força Aérea Argentina e ele se disse indignado porque os funcionários do Ministério da Defesa de lá tinham uma série de regalias e ganhavam mais até do que os próprios oficiais. Também se dizia que as Forças Armadas americanas, depois que criaram o Ministério da Defesa, nunca ganharam nenhuma guerra, o que de certa forma é verdade, a não ser a partir da Guerra do Golfo. Mas, na verdade, acho que o processo de criação do Ministério da Defesa está sendo bem conduzido, mais do que eu esperava.

Quais foram os principais personagens desse processo?

O grande articulador desse projeto é o Leonel. Ele foi colocado no Emfa com esse objetivo. No dia em que o presidente me chamou para conversar sobre minha posição em relação ao Ministério da Defesa eu disse que, se fosse para haver uma conciliação operacional e um pouco de conciliação administrativa, eu achava que era importante. Entretanto, se fosse só para trazer o segmento militar sob um controle civil mais estreito, considerando que o Exército e as Forças Armadas ainda têm aquela cultura de pai da pátria, eu achava que era melhor que o presidente olhasse nos olhos de seus ministros, e não nos de um intermediário. Lembrava a ele que, mesmo eleito com grande maioria, ainda era um homem vindo de uma área socialista. Falei claramente que isso era uma coisa que ainda preocupava.

O sr. acha que a Marinha partilha da sua visão de que o processo de criação do Ministério da Defesa foi bem conduzido?

A Marinha conseguiu o que ela queria: a aviação naval. Ela queria a aviação naval completa, com asa fixa, com vôo no porta-aviões.

Foi um trade-off para o Ministério da Defesa?

Não sei se foi *trade-off*, porque é difícil a gente falar assim nesses termos, mas diria que foi uma medida de boa vontade.

E o Exército?

Acho que o Exército sempre gosta que se fale em Ministério da Defesa, porque ele é predominante. É uma questão de geoestratégia: não vai perder poder.

O sr. também aceita a “teoria da vitamina com abacate”?

É, o Ministério da Defesa ficaria da cor verde. Mas ele já é. Por que não dizer a verdade? O Exército tem essa passagem infeliz pelo governo. Foi um erro de estratégia manter o poder por tanto tempo, o que trouxe esse estigma para as Forças Armadas. O poder também tem o seu preço. Hoje, na Inglaterra e em todos os grandes impérios, o preço é o retorno dos colonizados. Nos Estados Unidos, teve uma época em que houve um retorno brutal de pessoal de Manilha. E o Exército, pela supremacia que teve no poder, hoje paga um preço muito mais alto do que as duas outras forças. O próprio presidente tem consciência disso; até porque o Exército é a força que tem o poder de discriminação da população. Porque é ele que está atomizado pelo país, nos quartéis, nas brigadas. E nisso o Exército brasileiro foi extremamente inteligente, porque tem essa preocupação, vinculada à cultura de pai da pátria. Eles são parte integrante da manutenção da nossa nacionalidade, da nossa soberania.

Eu mesmo já disse isso numa palestra: que a Amazônia não vai ser tomada por medidas bélicas normais. Ela pode ser tomada por outro tipo de medida: econômica, política. Mas, tipo Vietnã, essas coisas, seria impossível. O Exército seria o primeiro a formar as guerrilhas na Amazônia, para combater uma eventual invasão. Não tenho dúvida de que o Exército brasileiro não deixaria isso acontecer. O que, aliás, é uma tradição da nossa colonização. Quem levou além essas fronteiras, acabando com o Tratado de Tordesilhas, não ia deixar que essa coisa se esboroasse. Essa coisa é muito arraigada. É aquele espírito de missão, que é muito mais forte no Exército do que nas outras forças. Não que elas não tenham espírito de missão. Mas é que o espírito de missão é o princípio da rusticidade. O Exército tem aquela figura da rusticidade, que é um dos princípios de guerra.

Ao final do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, já havia expectativa de que o sr. viesse a substituir o ministro Lôbo?

O que na verdade acontecia era o seguinte: o Fernando Henrique queria muito manter o Lôbo. Tinham sido ministros juntos. Não sei as articulações de bastidores, mas acho que o poder desgasta um pouco, e o ministro Lôbo, naquela época, já estava um pouco desgastado porque, corajosamente, ele e o comandante do Comgar tiveram que fazer um corte muito significativo no número de horas de voo. Ele tinha conseguido um empréstimo bom que só foi ter resultados na minha gestão. Era um empréstimo de US\$300 milhões de um Banco do Brasil que tem em Cayman, que proporcionou a compra de suprimentos para resolver o pro-

blema de disponibilidade de uma série de aeronaves militares que estavam paradas etc. Mas a compreensão que se tinha na época, na tropa, era a de que se estava voando pouco.

O sr. já tivera contato com o presidente Fernando Henrique, antes do convite para o ministério?

Eu tive um contato com o presidente Fernando Henrique na época em que ele era senador e houve a crise da Varig. Fui lá no Senado com um camarada da Bus Allen, que era responsável pela auditoria, e o Rubel Thomas, presidente da Varig, que fora levar esse relatório da auditoria. Ele era senador, tinha um escritório no Senado e tinha acompanhado a crise das empresas aéreas. Ele apenas me viu, eu era o diretor do DAC, e ele já era candidato a presidente.

E o convite, como aconteceu?

Recebi um contato dizendo que o ministro das Comunicações, Djalma Morais, queria conversar comigo. Por que Djalma Morais? Porque Djalma Morais tinha sido capitão do Exército, esteve em Barbacena, manteve alguns vínculos na área militar e era bastante ligado ao presidente Itamar. Lá encontrei o general Alberto Cardoso, também à paisana. É uma pessoa fabulosa, e o destino nos colocou juntos. Apareceu o Djalma Morais: “Estão prontos?” Pegou o carro dele e fomos para a casa do presidente Fernando Henrique. Entramos e o Djalma Morais me apresentou. O presidente começou a conversar comigo, saíram os dois, eu fiquei sozinho com ele, conversamos talvez uns 25 minutos. Ele me fez aqueles questionamentos sobre minha posição em relação ao Ministério da Defesa, a necessidade de que a Aeronáutica abrisse mão do cargo do Emfa, me perguntou sobre o ministro Lôbo, disse que queria aproveitar o ministro Lôbo porque era um quadro que ele não podia dispensar. Concordei com ele em gênero, número e grau, ele disse que eu aguardasse, que eu ia ser notificado num determinado momento, que naquela hora ainda não iam ser liberados os nomes.

Confesso que, quando fui conversar com o Djalma Morais, até porque me pediram discrição, eu não disse nada ao Lôbo. No dia seguinte, fui encontrá-lo logo de manhã e me lembro que ele ficou surpreso. Ele tinha estado, na véspera, com o presidente eleito, que não lhe falara sobre esse assunto. O Lôbo estava à espera de um cargo. Ele é um homem de Brasília, a mulher dele também; está em Brasília há 25, 30 anos. Até que apareceu uma posição na Telebrás, por intermédio do Djalma, que resolveu essa preocupação do Fernando Henrique, de arranjar um cargo para ele.

Vamos conversar sobre o órgão de informações da Aeronáutica, o Secint. Em primeiro lugar, só para ter uma idéia de ordem de grandeza, quantos oficiais nele trabalham?

Pouca gente, se forem 10, é muito. Agora, o Secint tem articulações: no caso dos Comares, com os A2; no caso dos grandes comandos, das bases, com a seção de inteligência. Então, ele tem sempre um sistema, que é uma teia de aranha, e tem ligações. Existem documentos que são trocados entre esses órgãos, sem que, necessariamente, o comandante tome conhecimento; são documentos horizontais. Mas isso, muitas vezes, acontece em outros setores também. Por exemplo, o setor técnico tem muitos documentos horizontais. Eles fogem, um pouco, àquela figura específica da estrutura, em linha, da organização militar.

Por que se mudou o nome de “informações” para “inteligência”, de Cisa para Secint?

A mudança de nome tem um pouco de retirada de um emblema estigmático, vamos dizer assim. Uma apropriação, talvez indébita, do termo inteligência, porque inteligência, para nós, não significa, necessariamente, informações. É uma apropriação de um termo inglês, *intelligence*. Na verdade, estruturalmente, o serviço de informações, principalmente na Aeronáutica, pelo que pude observar no período em que passei no Estado-Maior, que foram seis meses, e depois, no ministério, realmente mudou muito. Eu diria que, em alguns pontos, praticamente, passou a inexistir.

O Secint passou a ser subordinado ao Estado-Maior da Aeronáutica, deixou de ser subordinado ao ministro da Aeronáutica. Essa mudança foi mais doutrinária, achando-se que informações, no Ministério da Aeronáutica, tinham que ser mais de natureza estratégico-militar do que de natureza político-administrativa — política no sentido não partidário, mas no sentido da política nacional, da administração nacional, dos reflexos dessa administração no Ministério da Aeronáutica.

Quando digo que o setor ficou muito falto de informações é porque ele passou a se valer muito mais de análise de textos publicados na mídia do que, propriamente, informações. E o segmento de operações foi atrofiado porque ele tinha sido maximizado na época da repressão, em que usavam, realmente, o serviço de operações para estourar aparelhos, prender pessoas etc. Isso dava, vamos dizer, substância ao órgão de operações. Com o desmantelamento dessa figura de operações, o órgão também se retraiu, em termos de agentes e de coleta de informações. Acho

que, hoje, quem tem o melhor sistema de coleta de informações são as revistas de fim de semana: a *IstoÉ*, a *Veja* e, agora, a *Época*.

Mas o que ocorreu na prática? As pessoas desses serviços foram passadas para a reserva?

Não acompanhei isso no dia-a-dia. Mas as pessoas começaram a ser destinadas a outras funções. Até porque, no serviço de informações, havia muitos descontentes, principalmente na área de intendência, em que o camarada se achava marginalizado porque é uma atividade-fim menos nobre. No que me cabe, tive um problema e eu acho que é bom ficar registrado. Nós tínhamos um escalão recuado, aqui no Rio de Janeiro, que funcionava na Ilha do Governador. Estava subordinado ao Secint, e o comandante da área percebeu que esse órgão estava um pouco fora do controle. Esse negócio aconteceu porque, num determinado seqüestro, detectou-se que o telefonema tinha sido feito de uma área telefônica da Unifa. Por isso, o comandante da zona aérea foi chamado pelo governador Marcelo Alencar. O comandante começou a rastrear para ver se descobria de onde tinha sido aquilo. Era um tenente-coronel que chefiava esse segmento e, num determinado momento, pediu uma reunião com o governador, à revelia do comandante, dizendo que tinha condição de resolver o problema do seqüestro. Nós ficamos muito preocupados porque foi uma extrapolação, digamos, da linha de comando. E, aí, resolvemos desativar ou, pelo menos, minimizar isso. Foi o que foi feito.

Isso responde, de certa forma, à pergunta. Na verdade, ninguém passou para a reserva. Nós apenas tiramos as pessoas e as colocamos em outros lugares. Lembrei ao homem do Secint que isso era um fato muito perigoso, porque era mais ou menos o mesmo que desativar minas terrestres. Você desativa uma mina aqui, mas nunca sabe qual vai ficar. Um dia você está andando, pisa numa. E nós tivemos conseqüências, porque, não posso afirmar, mas acho que algumas *inside informations* saíram de dentro do próprio Comar para prejudicar o comandante, que tinha me levado o problema.

Em informações, existe uma norma que diz o seguinte: quem não precisa saber de alguma coisa, não deve saber. Mas isso não impede que o órgão que está tratando do assunto dê conhecimento ao seu chefe, a quem é subordinado. Como é que um tenente-coronel pede uma audiência, vai falar com o governador, por conta própria? Depois, vendo outras atitudes, configurava-se que aquele órgão estava com excesso de autonomia num momento em que isso já não era mais, vamos dizer, previsto. Daí a pouco, poderia haver um problema. Então, vamos atacar esse problema.

Aquilo foi a gota d'água que faltava. Na verdade, não se detectou nada que fosse conluio com os seqüestradores, o objetivo do tenente-coronel era bom; ele só não soube conduzir o processo. Eu só estou mencionando isso para dizer como as coisas, depois, passaram a ser tratadas. A gente evitava que isso acontecesse. Tive muita sorte, nesse aspecto, porque o chefe de Estado-Maior — que era primo da sogra da minha mulher, e a irmã dele é madrinha da minha neta mais velha —, o brigadeiro Ulisses, era um homem do setor de informações. Ele foi o único oficial da Aeronáutica a ser chefe de uma agência do SNI, a de Belém. É um homem muito sério. Então, isso tudo foi feito sob o crivo dele. Não fiz isso sozinho. Eu tinha o chefe do Secint, mas discuti com Ulisses, *pari passu*, o que íamos fazer.

Uma vez, também, pedi uma informação, e me vieram com uma colagem de uma porção de reportagens da imprensa. Eu disse: “Isso aí, qualquer pessoa faz, não precisa pedir ao Secint”. Agora, é a tal coisa: eles continuavam agindo, tendo algumas ligações com os outros órgãos de informações, mas sem aquela predominância que houve no passado.

No funcionamento normal do Secint, quais as preocupações mais freqüentes?

Hoje, o principal móvel da informação interna é o estado de espírito da tropa. Tanto que temos uma enquete, se não me engano, semestral, que é feita em coordenação com o Cecomsaer.

Como repercutiu na Aeronáutica o início de funcionamento da Comissão dos Desaparecidos?

A gente ouvia muito falar nisso e estava esperando. Fui o último a ser ouvido. Uma vez, fui a uma reunião — acho que no Exército —, onde estavam o Zenildo, o Mauro e o Leonel. O Jobim e o Gregori foram lá, levaram o problema, e me lembro de que os dois estavam muito reticentes em relação à comissão, que queria ampliar a lista original de 136. Diziam que não era possível, que aquilo já estava estabelecido etc. A tônica que foi sempre passada era, realmente, aquela, de que ali não se estava tratando de governo, se estava tratando de uma questão de Estado, que determinadas pessoas tinham sido colocadas sob a guarda do Estado e que o Estado não tinha dado a guarda conveniente, pelo contrário etc. Dentro dessa tônica, concordei, achei que era válido. Posso assegurar que eles tinham uma propositura honesta, de boa-fé. Entretanto, acho que esse processo foi absolutamente viciado. E me senti iludido. Mas faço questão de destacar que, pelo que percebi do Jobim — com quem tive um excelente relacionamento — e do próprio José Gregori, que às vezes é

criticado —, não percebi, jamais, má-fé. Acho que eles, de certa forma, foram ingênuos. A comissão foi montada de uma tal maneira que, bem ou mal, já tinha *parti pris*. Porque cinco membros da comissão, sabidamente, já tinham posição definida. Então, tudo aquilo que o Jobim e o José Gregori me disseram, na prática não aconteceu. Um dos maiores problemas que houve foi o das indenizações do Lamarca e do Marighella, notadamente a do Lamarca, porque o Exército considera o Lamarca um traidor. É normal que o Exército o considere assim: o sujeito que rouba armas e some, seja qual for o motivo, é traidor. Depois, tem outra coisa mais grave: é que, no caso do Lamarca, especificamente, a sua família nunca foi desamparada pelo Estado. Ele foi considerado morto, e a mulher dele recebe uma pensão. Na época, era uma pensão limitada, mas era uma pensão.

No caso dos 136 que foram julgados, não tenho dúvida; acho que é válido. Aquela tese de que o Estado não tratou daquele pessoal, tudo bem. Agora, vêm aqueles que foram mortos pelo terrorismo, pela guerrilha. Esses homens estavam cumprindo sua missão. As mulheres deles estão amparadas. As famílias estão amparadas; não têm que receber ressarcimento nenhum. Então, houve uma série de desvios de uma coisa que era para virar a página — página que considero, se não negra, pelo menos cinza, no processo de anistia, de “cicatrização” do problema do confronto desse período autoritário.

O Clube Militar, nessa época, entra com ações contra as viúvas que receberam indenização, publica slogans como “Terrorismo, nunca mais!”, coloca faixa de luto. A repercussão na Força Aérea, entre os oficiais da ativa, foi menor?

Os oficiais, hoje, estão muito mais preocupados com outros aspectos. Os clubes militares têm muito saudosismo. Por isso, talvez, a repercussão não tenha sido tão grande. Eu acredito que o ministro Zenildo não quis incendiar a nação. Já basta um episódio, às vezes exógeno, para incendiar uma nação, como esse negócio, agora, do Pinochet.³² O Chile estava quieto, e inventa-se um troço que pode jogar uma nação que estava pacificada no meio de um ciclone.

O sr. acha que estava pacificada? Ou estava silenciada?

Mas o que é preciso para pacificar uma nação? Haver um atrito entre as forças? Ou o que aconteceu no país, ao longo de tantos anos de Re-

³² Refere-se à prisão do ex-ditador chileno na Inglaterra, a pedido da Justiça espanhola.

pública, com tantas anistias como nós tivemos, não é mais importante do que exacerbar ânimos? É a tal coisa: tenho a impressão de que isso é uma espécie de estímulo. O Oriente Médio está pacificado? Não vai ser pacificado nunca, porque vem um camarada e dá uma espetadinha na ferida, vem outro e faz o mesmo. Já houve anistia, e anistia real, pois um Theodomiro, um assassino que deu um tiro na nuca de um sargento, em Pernambuco, hoje é juiz. O Gabeira não enfiou um revólver na cabeça de um embaixador e hoje é deputado federal? Ninguém fala disso. Não me conformo. Se há uma pessoa que gostaria de virar essa página da história sou eu — até porque não fui ativo nisso, graças a Deus.

Na comemoração do 31 de março de 1995, pela primeira vez não houve ordem do dia conjunta dos ministros militares. Por quê?

O Mauro me procurou — acho que nesse ano era minha vez de fazer a nota — e sugeriu que a gente não fizesse a ordem do dia. A idéia era apaziguar os ânimos, desarmar os espíritos. Eu imediatamente concordei e conseguimos convencer o Zenildo e o Leonel. Os dois ainda relutaram: “Mas isso é uma tradição!” Nós dissemos que tínhamos que esquecer, virar essa página. Inclusive, dei uma entrevista a *O Globo* em que dizia que essa página tinha que ser virada. Depois, num artigo, “Síndrome de perseguição”, digo que isso é muito difícil!³³ Talvez seja realmente difícil. Vi pessoas que tiveram parentes assassinados em 1935 ficarem durante gerações com essa coisa na cabeça. Mas acho que cabe às pessoas equilibradas da nação virarem essa página. Eu dizia que devíamos acabar com essa síndrome de que havia revanchismo, perseguição, e que entendia as dificuldades de um Serra, de um Malan, numa hora de cortes etc. E fazia outras considerações. Não me arrependo disso, mas me arrependo, hoje, de ter achado que esse lado de boa vontade pudesse ter sido entendido. Porque, na verdade, acho que continuou havendo revanchismo. Tenho a impressão de que o José Gregori, o Jobim e o próprio presidente procuraram isso. Mas, é que, de ambos os lados, aparecem pessoas para futucar as coisas.

“Revanchismo” é um termo que já ouvimos em muitas entrevistas com militares. Como o sr. o definiria?

Eu defino da seguinte maneira: as pessoas que hoje estão beirando a casa dos 50 anos são as que em 1968 estavam dentro — embora, às vezes, não ativos — daquele processo estudantil, que foi generalizado no mun-

³³ *O Globo*, 15-7-1995.

do, a começar pela França. Acho que um dos maiores erros que a Revolução cometeu foi em relação à juventude, prender estudantes, moças, coisas que a gente sabe que tinham acontecido na época de Getúlio Vargas, em que se violentaram moças — não violentar, propriamente, mas queimar bico de seio; a gente ouvia falar disso da polícia de Filinto Müller. Eu era menino, rapaz, e ouvia falar nisso. Não sei se houve a mesma coisa, mas só o fato de botar uma mulher nua e deixá-la 24 horas num lugar fechado já cria uma condição de degradação psicológica total. Fazia-se isso para que, no dia seguinte, ela pudesse dizer alguma coisa que, provavelmente, não ia levar a lugar nenhum, porque uma moça com 17, 18 anos não poderia ter, com raríssimas exceções, alguma informação. Então, esse foi um erro muito grande da Revolução. E isso teve um efeito irradiador, multiplicador. Porque diziam: “Fulana está presa no DOI-Codi”. Numa universidade, isso tem efeito irradiador na juventude, que é justamente aquele grupo mais reativo, mais contestador.

Eu tive um caso na minha família, durante o governo Médici. Uma de minhas tias era casada com Adão Pereira Nunes, que foi deputado, um comunista célebre. Ele era médico, tinha atendido uma pessoa que havia sofrido um tiro, provavelmente ainda numa escaramuça dessas; isso deve ter sido nos idos de 1972. Ele não notificou o caso, a enfermeira que estava com ele também não, porque era muito amiga dele. Depois, não sei por que cargas d’água, chegaram à enfermeira, que acabou dizendo que quem tinha atendido fora ele. Entraram na casa da minha tia, pegaram as crianças, botaram na janela: “Diz onde ele está, senão eu vou jogar essa criança aqui!” Isso é um absurdo! O sujeito, para fazer um troço desses, tem que ser um tarado, um maluco. É um sujeito que perdeu a noção, e quem está comandando perdeu também a direção, o comando.

Começou então a pressão, lá em casa, para que eu fizesse alguma coisa, porque eu era tenente-coronel e estava no Gabinete Militar. Procurei saber, pedi ao meu chefe, que era o Correia Neves, e ele falou com o Medeiros — que, depois, foi chefe do SNI —, que mandou me dizer que ele estava bem, não estava sendo maltratado, eu podia ficar tranquilo. Dois dias depois que recebi essa informação de que ele estava bem, parece que deixaram visitá-lo. Fui ao Correia Neves e entreguei o cargo, disse que estava numa posição difícil. Aí ele falou com o Figueiredo e disse que não era nada daquilo, que eles compreendiam perfeitamente. Esse negócio, para as famílias que passaram por isso, é terrível.

Então isso aconteceu, teve um processo irradiador terrível. Muitos desses contestadores, até por uma questão de viés intelectual e profissional, se transformaram em jornalistas e, hoje, são pessoas de 50 anos; e

mídia faz a opinião pública. Então, esse é um quadro que dificilmente vai ser desarmado. Hoje mesmo, nós vamos ter, no programa *Você decide*, da Globo, a história de uma moça que foi guerrilheira, conheceu um rapaz, o rapaz sumiu numa dessas batidas de aparelho, ela casou e, agora, está reencontrando o camarada, cujo ator, casualmente, é o mesmo que fez o Lúcio Flávio, o Reginaldo Faria. Então, isso é uma maneira de estar permanentemente mantendo as mentes nacionais dentro de um processo de condenação de uma coisa que teve seus percalços. Mas, se a gente fizer um rescaldo, principalmente em relação a Uruguai e Argentina, vai ver que foi uma coisa muito menor. Foi uma distorção; era uma guerra aberta. Mas, quer distorção maior do que um grupo seqüestrar dois embaixadores? Isso é uma loucura, também. E eu não tenho dúvidas de que o seqüestro do embaixador foi o estopim de um processo de repressão muito sério, como foi Xambioá. A nação tinha que, não de maneira literária, virar a página; tinha que virar, efetivamente, essa página.

Mas talvez uma sociedade não vire páginas da história, não pare de olhar para trás. O que é preciso, talvez, é olhar com outros olhos para o passado.

Está bem. Mas o tratamento é desigual. Por que o camarada vai atrás do Fayad? O Gabeira é um sujeito elogiado pela crítica, não? Então, a sociedade, na minha cabeça, foi forjadamente preconceituosa, em termos do que é anistia. Não tenho dúvida.

Voltando à comemoração do dia 31 de março: foi iniciativa do ministro Mauro ou teve alguma coisa do Palácio do Planalto?

Nada, absolutamente.

Foi difícil convencer o Exército?

Não foi. O Zenildo e o Leonel ficaram um pouco reticentes. Mas aí eles saíram, voltaram, nós chegamos a um acordo. É claro que algumas pessoas — eu não me lembro bem se foi aquele grupo Guararapes — reclamaram.

O sr. não encontrou resistência na Aeronáutica?

Não, até porque a decisão foi minha e eu não consultei ninguém. Só na hora em que nós conversamos. Também não houve resistência. A decisão era minha, mas tinha, também, um respaldo de uma cultura já vigente. Porque ninguém é maluco.

A idéia para não fazer a ordem do dia conjunta do 31 de março era apaziguar os ânimos? Implicava admitir a culpa de que os militares, por um período, se apoderaram do poder?

Não era isso, não. Meu pensamento é o seguinte: houve um fato político, na verdade, uma distorção do que era a norma das intervenções militares — porque antes eram intervenções militares, em que o sujeito entregava o governo a um civil e voltava para os quartéis. Ali, houve a permanência no poder, que trouxe um desgaste, uma série de problemas, mas trouxe também avanços — nem vou falar de desenvolvimento, mas de crescimento. Pode ser um exagero, mas na época o Brasil era visto pelo comunismo internacional como uma presa ideal. Tinha todos os ingredientes: um problema social terrível e uma sociedade agrícola vivendo completamente na miséria. E tentou-se corrigir isso através de uma ação de força.

O sr. pensou na possibilidade de os ministros militares pedirem desculpas à nação pelas mortes, fazer o que o comandante do Exército argentino, o general Balza, fez?

Não, não pensei. Para que isso acontecesse era preciso, primeiro, que milhões de pessoas que têm essa consciência antimilitar também viessem a público dizer: “Desculpem por termos tido pessoas que foram para a guerrilha, por termos matado gente com tiro na nuca, seqüestrado embaixador...”

Talvez a esquerda seja mais fragmentada. Mas várias pessoas que participaram da luta armada fizeram suas autocríticas e hoje têm atitudes respeitadas para com as Forças Armadas. Já os militares reagem mais corporativamente, não?

Cuidado, porque não podemos confundir espírito de corpo com corporativismo. Corporativismo é uma coisa que sempre tem esse lado depreciativo. Agora, espírito de corpo é uma coisa que o militar tem, sobretudo, porque começa a conviver, desde os primeiros momentos de juventude, com os companheiros. A consciência que temos é a seguinte: era uma guerra, e numa a guerra não há muita ética — a verdade é essa. Não só de quem está comandando, como de quem está agindo. De quem está comandando, porque perdeu o comando; de quem está agindo, porque tem um certo sadismo — uma pessoa, para fazer certas coisas, tem que ser sádica. Ninguém faz isso com um cachorro! Como é que faz com uma pessoa?

Vamos falar sobre a sua saída do ministério, no meio de uma série de denúncias da imprensa a respeito daquilo que ficou conhecido como o “caso Sivam”.

Estamos falando de denúncias não comprovadas, sendo que, no meu caso, a denúncia é a seguinte: dormi na casa de um amigo, o José Afonso, que era representante da Raytheon,³⁴ durante uma visita a Belo Horizonte, mais nada. É um absurdo eu não poder dormir na casa de um amigo que conheço há 10 anos. Recebi o José Afonso 10, 12 vezes, no meu gabinete. Se eu quisesse fazer alguma coisa, não ia fazer na casa dele. Saí na IstoÉ que eu tinha ficado na casa dele. Quando vi a revista, liguei para o presidente Fernando Henrique, disse que precisávamos conversar. Ele disse: “Faça o seguinte: o sr. não venha agora para o Palácio da Alvorada porque tem muito repórter. Venha amanhã para o Palácio do Planalto, às 11h, porque há a cerimônia da bandeira às 12h”.

Quando cheguei ao Palácio do Planalto, começamos a conversar e eu disse: “Presidente, não venho aqui entregar o cargo porque o cargo é seu. Já lhe disse há 10 dias que não me sinto responsável por nada, mas gostaria de dizer ao sr. uma coisa, por questão de lealdade: é muito difícil para um governo conviver com um ministro militar desgastado na mídia”. Pelo que ele tinha me dito na véspera, imaginava que ele fosse dizer: “Não, o sr. não se preocupe”. Mas o presidente não disse isso. Ele disse: “O sr. vai ter muito problema, vai ser muito perseguido pela imprensa, como foi o doutor Pérsio Arida no caso do Banco Central”. Entendi a mensagem, achei que estaria atrapalhando o governo: “Presidente, então, dentro desse espírito, só há uma solução: a minha substituição. O sr. não precisa ficar preocupado”. “O sr. vai para onde?” “Eu não vou para lugar nenhum, já sou oficial da reserva — eu tinha passado para a reserva em março —, vou para casa.”

Quando estávamos saindo, o presidente disse: “Não vamos dar divulgação agora, vamos à cerimônia”. E eu: “Presidente, isso é muito difícil, a imprensa está lá, as pessoas estão sabendo o que está acontecendo, eu estou aqui com o sr. Vou sair daqui pelos fundos, vou para casa, vou fazer uma nota dizendo que entreguei o cargo ao sr. Essa é a melhor solução”. Na porta, ainda lembrei daquela preocupação do presidente em colocar o Lobo noutra função e disse: “Presidente, eu sei que os senhores, políticos, num caso destes, têm sempre uma preocupação. Eu quero dizer o seguinte: eu não quero nenhum cargo, seja executivo ou de conselho. O

³⁴ José Afonso Assunção, presidente da empresa aérea Líder, representava a Raytheon, empresa que ganhou a concorrência para o Projeto Sivam — Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia.

sr. não se preocupe comigo, vou ficar muito bem”. Aí ele disse: “Por essas e outras que cada vez mais admiro o sr”.

Saí, pedi ao chefe de gabinete para apanhar minha mulher e meu neto de três anos, que estavam me esperando no palanque, fui em casa e fiz essa nota, datada de 19-11-1995, da qual muito me orgulho e na qual digo: “Em função do lamentável episódio de escuta telefônica no qual meu nome é citado, resolvi entregar o cargo de ministro de Estado da Aeronáutica ao excelentíssimo sr. presidente da República, professor Fernando Henrique Cardoso, que, após tê-lo aceitado, ficou de escolher o meu substituto. Ao fazê-lo, inspirou-me sobretudo a vontade de preservar o governo e a Força Aérea de polêmicas indesejáveis no presente quadro nacional. Pelo aspecto mais subjetivo da questão, penso que o chefe militar não pode conviver com a dúvida no olhar de seu subordinado. A nação e a Força Aérea são muito mais importantes do que o homem e sua carreira. Os milhares de subordinados, os muitos companheiros e os diversos segmentos da sociedade que comigo conviveram durante esses 45 anos saberão, certamente, julgar a correção de minha decisão”. Aqui tem um erro, na verdade são 46.

O sr. acha que nesse meio tempo o presidente conversou com alguém?

Acho que conversou com alguém, provavelmente de São Paulo. Tem um aspecto interessante, uma especulação, mas que vou citar. Antes de falar do problema do Pérsio Arida, ele tinha me dito: “Este fim de semana para mim foi terrível: tive que decretar a falência da família das minhas netas”. Foi aquela intervenção, no sábado, do Proer no Banco Nacional. Então há especulações de que minha demissão teria sido uma cortina de fumaça. Não acredito, acho que o que realmente aconteceu foi o fato de que minha permanência seria problemática para o governo. Talvez eles nem soubessem que minha saída pudesse ter tido uma repercussão tão violenta na mídia, em termos de linchamento — da noite para o dia o sujeito é linchado sem ter sido julgado. O filho do Hélio Fernandes, de quem eu não me lembro o nome, fez uma carta a *O Globo* dizendo que era a primeira vez na República que um ministro militar era demitido por corrupção.

Fiz minha carta de demissão no dia 20, no dia seguinte fiz a passagem do ministério e recebi um recado, através do chefe de gabinete, de que o presidente estava me convidando para um almoço na quinta-feira. O almoço foi realizado no Palácio do Planalto, com a presença do Sardenberg, do Lampreia, do Clóvis, dos outros ministros militares, do chefe do Emfa, do general Cardoso e do próprio presidente. Foi um

momento tenso, porque aquilo foi uma espécie de satisfação dada pelo presidente. Muitos dos meus amigos achavam que eu não devia ter aceitado o convite, mas não sou desse tipo. Foi um episódio político, o presidente sempre foi extremamente educado comigo, e nesse período todo nunca fiz uma crítica sequer ao governo. Publicamente, jamais. Acho horrível a pessoa sair cuspidando no prato que comeu.

Num determinado momento, o presidente me perguntou como eu estava me sentindo: “Olha presidente, estou me sentindo muito mal, nunca podia imaginar que, mesmo tendo saído, pudesse sofrer um linchamento moral como sofri. Mas vou lhe dizer uma coisa: se isso tiver servido, de alguma forma, para preservar a soberania de um território extremamente importante como a Amazônia, e também para cristalizar um processo de liberdade individual em que as pessoas possam ir, vir e ficar livremente nesse país...” Soube depois, por fontes fidedignas, que o presidente comentou que se teria arrependido.

O sr. não acha que foi ingenuidade ter-se hospedado na casa do empresário?

Claro que passa para todo o mundo como ingenuidade, mas acho que foi mais grave. Foi excesso de autoconfiança. Nunca podia imaginar que a aura de honestidade que me cercava pudesse ser posta em questão. Eu tinha a impressão de que era absolutamente infenso a qualquer desconfiança e que podia fazer o que quisesse, que a aura de seriedade, de honestidade, ia ser uma proteção tão forte que eu estaria livre de qualquer suspeita. Mas os homens que têm bons propósitos geralmente são ingênuos, modéstia à parte, porque não podem acreditar que a natureza humana seja tão perversa.

Alguns colegas seus acham que o presidente Fernando Henrique não lhe manifestou a solidariedade devida.

Quando houve o caso da compra de votos da reeleição, o falecido ministro Sérgio Motta também teve denúncias sérias contra ele. No entanto, vocês se lembram muito bem qual foi a posição do presidente. Todos conhecemos o Instituto de Pesos e Medidas, não é? Pois bem, no dia da minha demissão eu disse que foi criado o Instituto de Dois Pesos e Duas Medidas. Mas olha, agradeço a Deus pelo fato de não ter tido esse apoio, pois provavelmente teria sido talvez até mais marcado do que fui. Uns meses depois, em junho, o Lobo me procurou e me convidou para ir para o lugar do almirante Serpa, em Nova York. Disse que não queria. Mas não posso deixar de considerar, também, que num determinado mo-

mento, provavelmente por influência do general Alberto Cardoso, o presidente foi correto comigo. Foi quando ele fez uma carta de reparação.³⁵

Como foi a repercussão da sua saída na força?

A repercussão na força eu procurei, desde o primeiro momento, amortecer. Chamei o pessoal do alto comando, disse que não queria nenhum pronunciamento coletivo. E o alto comando não deixou que um grande número de oficiais-generais fizesse um manifesto. Bloqueei isso, pedi para que não fizessem. Agora, na verdade, não achei muito forte a nota que o alto comando fez: foi ainda muito dúbia. E já que nós estamos fazendo um depoimento, acho que depois, no Senado, o ministro Lôbo, na verdade, não me defendeu. Quem me defendeu foi o brigadeiro Oliveira. Mas entendo: o brigadeiro Lôbo tem a característica de não ser combativo na defesa, nem dele mesmo. São coisas passadas.

Houve um jantar na sua saída, não?

Logo depois que saí houve um jantar com 300 pessoas, feito pela comunidade da aeronáutica civil. Foi no hotel Rio Palace, antigo Cassino Atlântico. Acho que uma semana depois teve um almoço de adesão no Clube da Aeronáutica, com umas 500 pessoas, foi muito interessante.

Mas o sr. acha que a força não lhe deu o apoio que precisava?

Eu não diria a força propriamente, eu diria mais o alto comando. Isso pode ser uma distorção, mas viam-se manifestações fora da força, principalmente depois dessa reparação do presidente. No início deste ano [1998] estive com o presidente em Brasília para tratar de assuntos de aviação

³⁵ O texto da carta, datada de fevereiro de 1997, é o seguinte:

“Prezado brigadeiro Gandra,

Tendo lido, recentemente, reportagens que trouxeram à tona, na imprensa, comentários maledicentes e inverídicos a respeito da honrada conduta de V. Ex^a à frente do Ministério da Aeronáutica, tomo a iniciativa de escrever-lhe, para reiterar minha opinião nunca modificada sobre a retidão de seu comportamento em todos os atos daquela gestão.

Incluo nesse rol suas decisões na área do Projeto Sivam. (...)

Essas razões de respeito e admiração levaram-me a solicitar ao ministro da Aeronáutica que lhe apresentasse minha intenção de nomeá-lo assessor militar na ONU, onde muito bem representaria o país. Mais uma vez, V. Ex^a demonstrou a têmpera do caráter, declinando esse reconhecimento justo, para evitar assemelharem-no a uma compensação.

Tenho sido, pois, testemunha privilegiada da sua coerência de atitudes. Esta carta, como disse, visa a demonstrá-lo. Peço-lhe divulgá-la aos que lhe são caros. Estou enviando cópia para o ministro da Aeronáutica e para minha assessoria de imprensa.

Receba a amizade do Fernando Henrique Cardoso.”

civil. Eu tinha dito a ele, no dia em que saí do ministério, que uma pessoa do Executivo que não tivesse cargo político e que tivesse um trauma administrativo desses dificilmente teria recuperação moral. Porque o político é linchado e numa próxima eleição é eleito, tudo é apagado. Ele concordou comigo.

Em fevereiro de 1996, depois de minha saída do ministério e da carta que ele fez, eu lhe disse: “Eu nunca podia imaginar que a repercussão dessa carta fosse mudar o rumo dos acontecimentos, em termos, digamos, de uma recuperação”. E agradei. Agradei porque ele colocou a chancela da Presidência da República nessa carta em que ele, inclusive, se penaliza um pouco e menciona que não aceitei compensações. Esse caso mostra que a mídia é uma espécie de anjo e demônio: da mesma maneira que execra, restabelece.